



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFIM - MG

Câmara Municipal de Bonfim/MG

**APROVADO**

Conforme ata da Sessão:

( ) Ordinária (X) Extraordinária

Datada de: 06/11/25

Assinatura

## PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 015/2025

Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, do Conselho Gestor do FMHIS no âmbito do Município de Bonfim e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BONFIM, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Esta Lei cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS e institui o Conselho-Gestor do FMHIS.

### CAPÍTULO I

#### DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DO CONSELHO-GESTOR

##### Seção I

##### Objetivos e Fontes

Art. 2º Fica criado o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, de natureza contábil, com o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas destinados a implementar políticas habitacionais direcionadas à população de menor renda.

Art. 3º O FMHIS é constituído por:

- I – dotações do Orçamento Geral do Município de Bonfim, classificadas na função de habitação;
- II – outros fundos ou programas que vierem a ser incorporados ao FMHIS;
- III – recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de habitação;
- IV – contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais;
- V – receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do FMHIS; e
- VI – outros recursos que lhe vierem a ser destinados.

##### Seção II

##### Do Conselho-Gestor do FMHIS

Art. 4º O FMHIS será gerido por um Conselho-Gestor.

Art. 5º O Conselho Gestor é órgão de caráter deliberativo e será composto de forma paritária



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFIM – MG

por órgãos e entidades do Poder Executivo e representantes da sociedade civil.

§ 1º O Poder Executivo disporá em regulamento sobre a composição do Conselho Gestor do FMHIS.

§ 2º A Presidência do Conselho-Gestor do FMHIS será exercida, preferencialmente, pelo(a) Secretário(a) Municipal de Desenvolvimento Social ou pelo Chefe do Departamento responsável pela área habitacional.

§ 3º O presidente do Conselho-Gestor do FMHIS exercerá o voto de qualidade.

§ 4º Competirá ao departamento responsável pela área habitacional proporcionar ao Conselho Gestor do FMHIS os meios necessários ao exercício de suas competências.

### Seção III

Das Aplicações dos Recursos do FMHIS

Art. 6º As aplicações dos recursos do FMHIS serão destinadas às ações vinculadas aos programas de habitação de interesse social que contemplem:

- I – aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais;
- II – produção de lotes urbanizados para fins habitacionais;
- III – urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social;
- IV – implantação de saneamento básico, infraestrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas habitacionais de interesse social;
- V – aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias;
- VI – recuperação ou produção de imóveis em áreas encortçadas ou deterioradas, centrais ou periféricas, para fins habitacionais de interesse social;
- VII – outros programas e intervenções na forma aprovada pelo Conselho-Gestor do FMHIS.

Parágrafo único - Será admitida a aquisição de terrenos vinculada à implantação de projetos habitacionais.

### Seção IV

Das Competências do Conselho Gestor do FMHIS

Art. 7º Ao Conselho Gestor do FMHIS compete:

- I – estabelecer diretrizes e fixar critérios para a priorização de linhas de ação, alocação de recursos do FMHIS e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais, observado o disposto nesta Lei, a política e o plano municipal de habitação;
- II – aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do FMHIS;
- III – fixar critérios para a priorização de linhas de ações;
- IV – deliberar sobre as contas do FMHIS;
- V – dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, aplicáveis ao FMHIS, nas matérias de sua competência;
- VI – aprovar seu regimento interno.

§ 1º As diretrizes e critérios previstos no inciso I do caput deste artigo deverão observar ainda as normas emanadas do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, de que trata a Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005, nos casos em que o



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFIM – MG

FMHIS vier a receber recursos federais.

§ 2º O Conselho Gestor do FMHIS promoverá ampla publicidade das formas e critérios de acesso aos programas, das modalidades de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas objeto de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos e subsídios concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade.

§ 3º O Conselho Gestor do FMHIS promoverá audiências públicas e conferências, representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais existentes.

### CAPÍTULO II

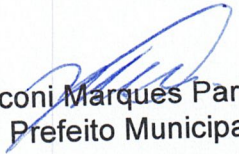
### DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 8º Revoga-se a Lei Municipal de nº 797/2000 e as demais disposições em contrário.

Art. 9º Esta Lei será implementada em consonância com a Política Nacional de Habitação e com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bonfim/MG, 19 de setembro de 2025.

  
Marconi Marques Parreiras  
Prefeito Municipal



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFIM – MG

### MENSAGEM

Senhor Presidente,

Nobres Edis,

Pelo presente, apresentamos a vossas excelências o incluso Projeto de Lei Ordinária, que tem por objeto a criação do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, bem assim trata da instituição de seu Conselho Gestor.

A criação de um Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social é uma medida de extrema relevância que visa promover o acesso à habitação em nosso Município. O direito à moradia em condições dignas compõe o rol de direitos fundamentais, e o déficit habitacional é uma realidade local, de sorte que a instituição de um Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social contribui para diminuir esse déficit, promovendo a construção de unidades habitacionais adequadas e acessíveis.

A existência de um fundo específico para tal finalidade, gerido por meio da participação da sociedade, como se propõe, possibilita o desenvolvimento de projetos habitacionais planejados, evitando ocupações irregulares e desordenadas nos limites do perímetro urbano, contribuindo assim para uma cidade mais sustentável e bem estruturada. Acresça-se a isso os benefícios gerados com a geração de trabalho e renda decorrentes da construção de moradias.

Assim, o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social é uma ferramenta essencial para promover a justiça social, melhorar a qualidade de vida da população e fomento ao desenvolvimento social e econômico em nossa cidade.

Por tais razões, submete-se o presente Projeto de Lei à deliberação dos nobres edis, confiando-se em sua aprovação.

Atenciosamente,

  
Marconi Marques Parreiras  
Prefeito Municipal